



10. O tempo e o plano da arquitetura

Luiz Recamán



A reflexão que segue procura construir uma genealogia do pensamento arquitetônico moderno a fim de assinalar um encadeamento de forças históricas que condicionam os impasses do campo disciplinar da arquitetura e urbanismo neste início do século XXI. Tais dificuldades parecem resultar do entrecruzamento entre os limites da coerência interna de seus princípios formulados ao longo do conhecido percurso de suas hegemonias estéticas e as circunstâncias sociais com as quais se relaciona forçosamente. Tudo indica que o nó górdio resultante desse embate abala ou desmorona uma inteligência que se mostra impedida de formular proposições consistentes quer sejam afirmativas do status quo quanto alternativas críticas ou utópicas. O eixo histórico da constituição desse saber foi realizado por meio da maior ou menor influência de algumas de suas práticas e ideias, deixando para trás possibilidades irrealizadas ou irrealisáveis. Esse eixo hegemônico constituiu-se por uma dialética entre a afirmação das estruturas às quais a arquitetura representava, mas também por um “projeto” estético de emancipação social construído pelas estratégias formais que conduziram as soluções na história – europeia, ocidental e global. Parece ser necessário considerar uma série de contradições internas e externas a esse campo disciplinar para, além de realizar a necessária crítica, construir as possibilidades de sua superação, vinculada à inescapável dinâmica da sociedade.

Essa argumentação tem também como pressuposto a ruptura ideológica e política do século XVIII deflagradora de um ciclo que declarou superada a “organicidade” dos estilos prévios vinculados à igreja e à aristocracia, e deslocou os esforços disciplinares de construção do espaço em direção aos novos ditames universalistas e liberais da civilização burguesa europeia. Uma reinvenção paradoxal da arquitetura que, destituída de sua atribuição histórica, iniciou a mais radical investida de um sistema artístico sobre a realidade social. Essa ruptura considerou, seguindo Tafuri (1985) em *Projecto e Utopia*, que a arquitetura e o nascente urbanismo assumiram a tarefa ideológica de representação privilegiada do “social” a partir do século XIX. Isso se



deve à decomposição progressiva, a partir do século XVIII, do signo maior, produto e produtor da vida coletiva, as cidades.

Para tanto, sugiro um roteiro de aspectos interligáveis que possam estar na base do que está em jogo na desafiadora conjuntura atual e, talvez, iluminar a conjuntura local. Primeiramente, o embate estético que pretendeu organizar a transição das formas urbanas tradicionais em direção às grandes cidades industriais, segundo uma polaridade reveladora das contradições do capitalismo industrial nascente: a desordem material e simbólica do mundo liberal forjando um desejo de ordem nessas duas dimensões produtoras da vida social. Em seguida, uma reflexão que confronta os mecanismos do tempo da revolução social e aqueles do espaço do reformismo (social, político, econômico, urbano etc.), a fim de aproximar a origem do urbanismo à do Estado Social. Na sequência, explorar a radicalidade de ambos, realizada no avanço das contradições da social-democracia na Alemanha no entreguerras. Superados os conflitos ideológicos fundantes das estratégias espaciais da arquitetura moderna, indicar alguns elementos da grande massificação da habitação operária e do planejamento urbano durante grande crescimento do capitalismo de massas no segundo pós-guerra. Com a crise financeira e política do Estado social europeu no início dos anos 1970, assistimos à retomada, em registro de pós-modernidade, do elogio à diferença e à afirmação dos indivíduos e das unidades representacionais que o expressam. E, finalmente, indicar o “fim de linha” realizado – considerando o vaticínio de Otília Arantes (1998) – na medida em que o farto imaginário da pós-modernidade alimentou as estratégias de especulação do urbano realizadas pela lógica especulativa das finanças globais.

Tal genealogia aqui esquematizada é um dos vetores da modernidade ocidental que se hegemonizou progressivamente, intermediada por conflitos em relação às particularidades sociais atravessadas por essa força irrefreável. Um embate que gerou diferenças de espacialidades e temporalidades ajustadas ao ritmo da máquina produtiva global. “Desiguais e combinadas”, as várias realidades globais passaram a produzir contradições amplificadas, se considerarmos especialmente os processos sociais e os horizontes ideológicos impulsionadores das modernizações tardias. O caso do Brasil é singular, e suas adversidades atuais podem ser compreendidas



pela falência dos já frágeis esquemas institucionais de produção de seu espaço, franqueado agora sem óbices aos negócios ou à carência extrema.

Resta avisar que este esforço de síntese e a decisão da perspectiva única de análise, que considera, mas não trata das outras possibilidades, tem como objetivo a exposição de um problema que, sendo arquitetônico, procura aqui um diálogo interdisciplinar.

O vazio de representação coletiva da sociedade moderna

As grandes mudanças operadas no espaço das cidades europeias durante o século XVIII se evidenciaram pela mutação qualitativa dos atores sociais, ora em declínio, ora em ascensão. A agitação daí resultante abalou o antigo regime; de maneira mais enfática, como a revolução francesa, ou por processos diferentes, mas com o mesmo sentido. Ainda que “igualdade de condições” e “associação” guardem importante ambiguidade em relação a “liberdade” e “individualismo”, como aponta Tocqueville ao relatar a experiência americana (2019), é exatamente essa a síntese que a razão liberal pretendeu realizar: todos esses processos pareciam caminhar para uma lógica unificadora de uma sociedade livre feita por homens livres.

Essa razão liberal baseava-se na confluência de interesses e de potencialidade mútua entre o indivíduo e a sociedade. Sabemos, no entanto, desde pelo menos meados do século XIX, que essa polaridade não é congruente, mas contraditória. Será útil indicar rapidamente esse encadeamento reproduzido nas formas espaciais dessa sociedade tumultuada em dois momentos: a pressão quantitativa geradora de conflitos e as formas imaginadas para sua acomodação.

O aumento da população urbana nas grandes capitais europeias durante o século XVIII foi notável e a pressão populacional, e tudo que dela decorre aconteceu nesse caso dentro dos limites da cidade tradicional. Esse fenômeno produziu uma grande pressão nas estruturas urbanas e em seus mecanismos usuais para absorver a expansão – sejam esses formais ou informais. O mais importante resultado dessa transformação foi, em razão do que aqui se discute, a crise de representações da unidade da cidade



aristocrática, em elaboração desde o final do século XVI. Essa crise poderia já ser identificada durante o auge do barroco, ou do antigo regime, na medida em que os edifícios do poder se agigantaram, compondo uma forma unificadora que pretendia alcançar escalas espaciais insólitas, como as construções contemporâneas de Versailles e a Praça São Pedro. Ambas ocupando um vazio: a primeira, no campo; a segunda, talhando boa parte do núcleo urbano preexistente. O embaralhamento entre a lógica do edifício (estável) e a lógica do urbano (instável) indicava a dificuldade de controle das cidades-capitais que viviam o paradoxo entre o crescimento urbano heteróclito e as estruturas centralizadoras do poder absoluto representadas e produzidas por esquemas formais enfáticos. Essa incongruência espacial era produzida e produtora de um crescente conflito social que culminaria na ruptura nos fundamentos do Antigo Regime.

Tal conflito passou a orientar o principal debate arquitetônico no século XVIII. Afinal, a dinâmica geradora de um espaço urbano sem controle era a mesma que erodia a lógica econômica, política e social do absolutismo. Esses conflitos foram prioritariamente prefigurados pelas formas estéticas originadas na crise do barroco-roccocó e pela clivagem nascente entre romantismo e neoclássico que atravessará a modernidade artística até o seu esgotamento. Um grandiloquente sintoma da força dessa dinâmica liberal vertiginosa: a morte da arquitetura. Sendo essa uma força de organização sensível prévia, imaginada segundo princípios regulares, choca-se sem atenuantes com um processo social e produtivo que tem por base a mudança sem tréguas nas formas de vida, conduzida pelas lógicas da economia e a um passo de criar valor encerrando trabalhadores e máquinas em um abrigo isolado.

Foi precisamente na elaboração ideológica do conflito entre as dimensões criativa e destrutiva da “desordem” (a “não ordem” e o não projetável) que assomou a arquitetura resurreta. A nova *arkhé* deveria ser ideologicamente formulada a fim de dar um sentido humano comum e abrangente a essa transformação da vida liderada pelas crescentes formas de abstração geradas pelas exigências da produção de mercadorias. As dificuldades em representar uma unidade que se desfazia não dispensava, no entanto, o poder da arquitetura de produzir representações totalizadoras, ainda que, doravante, de uma realidade falseada em uma sociedade dividida pelo trabalho mental e material.



É importante ressaltar que a tarefa ideológica que formaliza os fragmentos da superfície da grande cidade tem o seu “momento de verdade” na medida em que o desconcerto do urbano resulta das contradições do processo produtivo que levam à crise de sua funcionalidade sistêmica. Ou seja, a ordenação do território e da vida segundo princípios convencionados é necessária aos mecanismos de reprodução do capitalismo industrial, ainda que ele mesmo reserve alguma racionalidade espacial apenas para o interior das fábricas. A ordem racional da máquina correlata à desordem da vida social é uma contradição que requer solução interna, como mostram as crises que se sucederam desde a aceleração da acumulação promovida pela indústria. Uma crítica extrínseca terá de aguardar a explicitação dos limites da ideologia liberal em meados do século XIX para se realizar.

Até o século XIX, o percurso da racionalização do espaço urbano pode ser avaliado pelo sentido da retificação da quadra medieval. A aversão à rua foi construída *pari passu* à expansão da industrialização. Durante o século XIX o engrandecimento dos espaços públicos e o alargamento dos bulevares já prenunciava o esvaziamento social dos significados coletivos da cidade, ao mesmo tempo em que emergia o fenômeno quantitativo da “multidão”. A essa espacialidade característica das grandes cidades reformadas, como Viena, o arquiteto Camillo Sitte (1992) associou o recente diagnóstico clínico da “agorafobia” – do alienista francês Legrand du Saulle (1878). Essas tendências antiurbanas do século XIX tiveram, assim, uma continuidade em relação à radicalidade das vanguardas arquitetônicas dos anos 1920, ainda que essas se apresentassem como uma ruptura em relação às teses do urbanismo do século anterior – dito “tradicional”.

As razões do tempo e do espaço no declínio do liberalismo

Durante a década de 1840, as reflexões de Marx e Engels apreenderam a lógica do desenvolvimento do capitalismo industrial na Inglaterra e presumiram as possibilidades de uma revolução socialista. Debate fundamental por diversos aspectos, é aqui destacado para registrar uma mudança abrangente na relação entre a cidade e a revolução social. Am-



bos os pensadores se afastavam nesse momento dos círculos políticos e intelectuais ligados ao “jovens hegelianos” na Alemanha. Essa ruptura tem como principal e conhecida decorrência a reversão proposta do sistema de Hegel. No prefácio escrito em 1859 de “Para a crítica da economia política”, Marx descreve o percurso dessa “reversão” iniciada em 1844: “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (Marx, 1978, p. 130).

Dois aspectos imbricados dessa reversão são aqui importantes: a crítica ao Estado moderno como conclusão histórica da dialética do Espírito, e o desvio da mirada em direção à realidade social. Foi simultâneo o reconhecimento da classe universal do proletariado e a não universalidade do Estado Prussiano na defesa dos interesses e da autodeterminação da sociedade civil. A “desespiritualização” do processo histórico indicava que a dialética se encontrava no movimento da realidade material, em todos os seus aspectos. Uma guinada na obra desses dois autores em direção à compreensão da estrutura econômica e dos mecanismos da luta de classe.

As conclusões obtidas pelas análises de Marx publicadas na *Gazeta Renana* sobre a situação dos camponeses do vale do Mosela cobravam a falta de democracia na Prússia; a análise levou rapidamente à identificação da origem de classe do Estado e dos limites de sua atuação. A mirada de Engels (1975) para a realidade industrial inglesa no início da década de 1840 produziu um dos mais importantes textos sobre a cidade industrial, inaugurando um novo ciclo de pesquisas. “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” (Engels, 1975) espacializava as contradições do capitalismo, percebendo-as como estruturais e universais. Os personagens que habitavam os espaços pobres das grandes cidades formavam uma classe universal, o proletariado. A progressiva autoidentificação dos trabalhadores na prática cotidiana nas fábricas e na miséria urbana levava à sua organização e à luta social. Esse movimento atingia o centro da contradição do capitalismo: a experiência da exploração e a propriedade privada. Apesar dessa importante reflexão compreender a universalidade do processo em curso segundo suas dinâmicas espaciais, tardará um século para que a dimensão totalizadora do espaço seja incorporada ao eixo central do entendimento do capitalismo.

A “virada material” do hegelianismo levada a cabo pelos dois jovens pensadores pode ser sintetizada na crítica à ideia do Estado como *locus*



final da autorreflexão do Espírito e na superação do idealismo pela identificação do proletariado como motor do movimento histórico. Esse deslocamento materialista, no entanto, manteve em alguma medida a dimensão hegeliana de uma filosofia da história, mesmo que movida por um agente material. Ao novo sujeito universal, o proletariado, remanesce a tarefa da síntese dialética da história, alcançada pela revolução social. A conjuntura revolucionária de 1848 parecia confirmar tal movimento “filosófico” do “fim da história”. A derrota dessa grande mobilização da classe trabalhadora em diferentes países aprofundou uma segunda virada material no marxismo nascente. O foco seria a busca pelo desvendamento da realidade social segundo seus próprios movimentos, ou seja, a generalização progressiva das relações capitalistas que moldavam a totalidade da vida social.

Se a reflexão crítica pouco se valeu da compreensão espacial do processo social intuída no ensaio de Engels, foi esse – o espaço – o rumo prático dos acontecimentos após o fim “filosófico” da história. A espacialização das contradições estruturais do capitalismo se deslocava para o novo fenômeno que ele engendrara: a metrópole ou a “grande cidade”; sua característica principal é o “choque” provocado pela descontinuidade tempo-espacial ativada nas percepções dos indivíduos submetidos à lógica da automação das formas de vida. A experiência das contradições em progressão se dá na colisão de todos os elementos desconectados de uma significação ordenadora e integradora representada anteriormente no espaço das cidades. Engels antevira a unidade entre exploração do trabalho e as formas espaciais da miséria em Manchester. No entanto, a centralidade do espaço na nova configuração do capitalismo monopolista foi então elaborada sobretudo pelas formas estéticas, no sentido de uma revolução levada adiante pela radicalização e aprofundamento da nova sensibilidade tempo-espacial provocada pelo mundo urbano – na arte e na arquitetura.

Se na reflexão crítica o espaço se transformou no material artístico da luta cultural acionada pelas vanguardas históricas, sua derivação para o campo político é mais evidente e indispensável para a compreensão dos dilemas sociais e as crises sistêmicas a partir da segunda metade do século XIX.

O “fim” filosófico do Estado e o vaticinado “fim da arte” – na teologia hegeliana da Razão – se realizaram, paradoxalmente, na medida em que a dialética histórica cedeu lugar a uma dialética do espaço. Esta



última, não enfrentada pela reflexão crítica em um primeiro momento, foi rapidamente percebida pelos mecanismos de controle das mazelas da urbanização e da luta de classes. Se os ataques “internos” ao desenvolvimento capitalista foram parcialmente equacionados por estratégias econômicas anticíclicas, os conflitos sociais crescentes foram enfrentados pelas reformas urbanas. Essas proviam também uma nova estrutura para os deslocamentos e ampliação dos espaços para as multidões realizarem as novas funções dos núcleos urbanos: o consumo massificado. O aburguesamento das metrópoles implicava a segregação espacial da classe trabalhadora, e pretendia estabilizar o conflito que não encontrava solução política. Poderíamos dizer: a violência da estabilidade do espaço ordenado arrefecendo, ou procurando arrefecer, o movimento crescente dos milhões aglomerados.

A crise do liberalismo da primeira metade do século XIX exigiu o fortalecimento político do Estado para atuar nas duas frentes que ameaçavam a acumulação: as crises econômicas cíclicas e a luta de classes. Essa última foi enfrentada pela repressão e pela segregação, sendo que ambas necessitaram as estratégias militares das grandes avenidas e ampliação de áreas para a população pobre deixar o centro das cidades. O fato fundamental para a argumentação proposta é que as condições de vida em sua totalidade passam a ser objeto de controle e luta política e social. Esse é parcialmente o argumento que justifica o termo lefebriano “sociedade urbana” como característica principal do processo de industrialização capitalista, mais preciso que o frequentemente utilizado “sociedade industrial”. O primeiro aponta para a totalização implicada nesse processo, produtora e produzida pelas formas e relações espaciais (Lefebvre, 1999, p.15).

As contradições, porém, se multiplicaram na mesma medida da complexidade gerada pela dominância de mecanismos de valor e abstração. A luta pelo espaço amalgamou, desde então, as reivindicações das diferentes escalas experienciadas pelos indivíduos, desde o morar à subversão da ordem social. Esse amálgama teve como um de seus desdobramentos a abertura do foco das estratégias políticas no campo popular, que passam a nuclear mecanismos do reformismo e da revolução. Os primeiros, cada vez mais se aproximando das demandas imediatas e os segundos, das exigências da sociedade enquanto tal. A separação



entre essas dimensões da vida social criou contradições que se tornarão insuperáveis e marcarão os conflitos do século XX. Essa nova mediação socioespacial está associada à disputa pelo Estado, pelo menos em relação a uma série de demandas oriundas das lutas dos trabalhadores. A coetaneidade entre os debates que definiram a criação dos Partidos socialdemocratas – especialmente o alemão – o desenvolvimento da disciplina do urbanismo e as grandes reformas urbanas sintetizam uma nova dimensão da experiência social que combinava a percepção das possibilidades e das mazelas da sociedade moderna.

A via ideológica da modernização conservadora

Os avanços possíveis alinhados à lógica da socialdemocracia alemã seguem uma rota de colisão com o avanço das contradições sociais e políticas decorrentes do agravamento das novas e ampliadas crises do capitalismo monopolista, em boa medida evidentes nos conflitos entre as nações. Durante o governo de Bismarck, um conservador e agressivo opositor da socialdemocracia, as estratégias de industrialização da Alemanha recém unificada envolveram a criação de instituições que procuravam uma alternativa ao processo de industrialização inglês. Ao invés da massificação de objetos que, embora produzidos mecanicamente, reproduziam formas do passado, os alemães procuraram linhas de desenvolvimento que unissem a tradição artesanal alemã e a lógica da estandardização maquinista. Essa alternativa procurava tornar progressiva e sem rupturas a industrialização em curso, à semelhança do processo histórico que promoveu a modernização social do país. Essa fora alcançada sem rupturas revolucionárias, em uma acomodação entre a estrutura do poder aristocrático e a frágil burguesia prussiana. No entanto, essa pretendida ausência de rupturas não conseguiu eliminar as contradições inerentes ao processo. Assim como eram aparentemente contraditórios os imperativos da ética burguesa em relação àqueles da nobreza, o conflito entre o desenvolvimento “racional” do artesanato, visando sua reprodutibilidade, e as exigências de simplificação industrial entraram em “choques” sucessivos e radicalizados no desenvolvimento da industrialização alemã.



A modernização conservadora alemã evidenciou o papel do Estado como instância de coordenação dos interesses conflitantes das elites e como indutor da industrialização diante da fragilidade dos agentes sociais a princípio por ela responsáveis. Temos nessa conjuntura a manifestação ainda não resolvida de uma ambiguidade que marcará no século XX: o vetor de progressividade do Estado social em formação. A disputa pelo poder político marcou a nova fase da luta social, expressa tanto pela disputa eleitoral quanto pela pressão dos movimentos sociais na conquista de direitos trabalhistas. Novamente o caso alemão é exemplar, pois o próprio Bismarck foi o responsável pela criação de programas de proteção ao trabalhador na tentativa de neutralizar o poder crescente do, ainda unificado, partido socialdemocrata. Assim, tanto as classes dominantes quanto as classes trabalhadoras passaram a disputar a moldagem da forma do Estado segundo seus interesses, realizando nesse processo, concessões necessárias. E a industrialização emergia com um estágio do desenvolvimento social ao mesmo tempo desejável e inexorável; a razão de suas mazelas era motivo de controvérsia que matizava as estratégias políticas tanto conservadoras quanto revolucionárias. Tratou-se sempre da aposta em um modelo de industrialização planejada e antiliberal, em diversos aspectos.

O índice inequívoco das contradições estruturais dessa alternativa política foi a continuidade entre as primeiras articulações para a criação de uma potente indústria na Alemanha e a radicalização estética e social promovida pela vanguarda nos anos 1920. Um movimento histórico que partiu do conservadorismo social característico da modernização conservadora e alcançou a radicalização política da República de Weimar; para, em seguida, assistir a grave erosão desse processo histórico altamente contraditório.

Desde as críticas do arquiteto alemão Gottfried Semper aos equívocos apresentados na grande Exposição de Londres em 1851 à criação, no último terço do século XIX, de diversas escolas de Artes e Ofícios, o dilema da industrialização alemã passava pela oposição entre a seriação maquinista dos objetos e a sua unicidade artesanal como paradigma da produção em grande escala, mediada pela máquina, mas não por ela determinada. A acomodação estético-política desses polos entrou em rota de colisão na *Deutsche Werkbund*, fundada em 1907. Na grande exposição de Colônia, em 1914, essa polêmica tomou forma explícita no debate entre Muthesius



e Van de Velde, traduzido na polaridade entre a criação livre e a sujeição extra-artística à máquina. Sem encontrar bom termo, esse embate esteve na origem da fundação da Bauhaus em 1919, tendo sido apenas superado politicamente com a mudança de posicionamento de Walter Gropius, que anunciou, em 1923, que o objetivo da escola era o projeto visando a produção em série (Recaman, 2013, p.57).

A industrialização aparecia como objetivo comum, ainda que os meios para a alcançar tenham sido o centro de grande controvérsia. Mantida intocada a lógica produtiva da indústria capitalista impulsionada pelo Estado – e tudo que dela se depreende –, restava apenas disputar o caráter da distribuição dos recursos excedentes. A destinação mais socialmente radical desses recursos foi a construção de um território utópico que, apesar da magnitude, reproduzia, em relação à metrópole intocada, a mesma contradição original: mantinha inalterado o modelo de produção de mercadorias e sua irracionalidade social e urbana.

Mas surge um elemento, nesse processo pleno de contradições, cujo esclarecimento pode auxiliar a compreensão do argumento. Os objetos produzidos por meio dessa lógica de padronização “fordista” tiveram como fundamento a sua funcionalidade, que deveria subordinar seu caráter de mercadoria, entendido como episódico. Tais objetos, se considerarmos o auge da produção da Bauhaus, eram de apropriação universal, ou seja, não considerando distinções de classe que, no entanto, insistiam em permanecer. O indivíduo que os utilizava e apreciava era o “homem-tipo” corbusiano, liberto das opressões e explorações da tradição. Essa lógica hegemônica se aprofundou seguindo o enfrentamento dos limites colocados por suas contradições, na medida das exigências de sua universalidade (espacial e social).

A linha de montagem fordista implicada no objeto, como mostra Tafuri (1985), tem uma lógica infinita que vai desde os componentes, passando pelo objeto em si, em direção a um conjunto harmonioso – no sentido funcional – de todos os objetos. Assim, esse *continuum* encontrava momentos de unidade – a cadeira, a sala de jantar, a casa – cuja lógica alcançava o território, por meio das unidades habitacionais que compõem a maior parte do ambiente urbano. Nada é mais vigoroso do ponto de vista da relação forma e conteúdo que esse processo de radicalização estética promovido pela arquitetura alemã na década de 1920. É o momento da pla-



nificação total do território construindo uma universalidade que é agora espacial e que sobrepuja os conflitos da sociedade industrial estendendo ao infinito, paradoxalmente, sua lógica maquinista. A dinâmica histórica e revolucionária das contradições sociais das primeiras décadas do século XIX foi assim ultrapassada pela estabilidade radical das formas espaciais ordenadas, de maneira a elidir os conflitos – movimentos – que apareciam como o “choque”. Tafuri diz que esse planejamento radical (“ideologia do plano”) tem como base material o caos produtivo inerente ao capitalismo industrial que gera, no plano das prefigurações, o desejo de “ordem”. Este momento foi, por sua vez, ultrapassado pelo ciclo da planificação econômica pós-1930, desde os planos quinquenais soviéticos ao keynesiano e, no nosso caso, o varguismo. E, em seguida, a planificação da guerra total e da morte no nazifascismo.

Esse percurso esboçado tem várias implicações, pois associa duas dimensões com dinâmicas próprias e complexas – o Estado e a arquitetura – e não desenvolve mediações outras com o objetivo de aprender *in nuce* o deslocamento das contradições para o espaço das metrópoles. Foi nesse espaço que se expressaram a vida, os conflitos sociais, os mecanismos de controle e as utopias de sobrelevação. As grandes reformas urbanas da segunda metade do século XIX e o retorno dos trabalhadores banidos do centro da cidade na insurreição da Comuna, em 1871 indicam com clareza a natureza do conflito na “sociedade urbana”. Talvez uma ausência se destaque na matriz indicada: o pensamento crítico alcançando as dinâmicas espaciais nesse momento do desenvolvimento capitalista.

O fordismo realizado

A grande agitação social e ideológica descrita rapidamente acima foi violentamente interrompida com o avanço da década de 1930. O descarte da alternativa arquitetônica para a resolução dos conflitos – a ordenação racional das cidades – foi apenas parcial. A posterior reconstrução europeia exigiu a produção em massa de habitações, agora “operárias”, bem como a configuração da expansão da mancha urbana na criação de periferias. Ambas tornaram efetiva a lógica antiurbana do capitalismo indus-



trial sublimada pelos princípios funcionalistas sintetizados na Carta de Atenas, de 1933 – ano também de ascensão de Hitler ao poder.

A racionalização da construção habitacional já fora desenvolvida nas experiências alemães das *Siedlungen*, na segunda metade da década de 1920, e era um dos temas principais do debate arquitetônico. Mas, sobretudo, essa década forneceu a forma da arquitetura moderna e da cidade nova, associando técnica, estética e função social em um sistema unificado de caráter universal (internacional). As primeiras experiências com a pré-fabricação e industrialização de blocos residenciais para os trabalhadores foram realizadas na França, no início dos anos 1930. A *Cité de la Muette*, na periferia de Paris, foi construída com painéis de concreto pré-fabricado em uma usina instalada no local da obra. Esse país estivera à frente na pesquisa do concreto armado desde meados do século XIX. Em 1944, foi criado o *Ministère de la Reconstruction et de l'Urbanisme* para resolver o déficit de moradias provocado pela destruição de aproximadamente 460 mil edifícios durante a guerra, além de 1.900 mil parcialmente danificados. Essas cifras e a urgência indicavam a solução da industrialização da construção como alternativa mais eficiente (Solopova, 2019). À pré-fabricação da construção, *in loco* ou em fábricas, corresponderam os blocos com disposição retangular e sequencial, tornando essa extensa experiência de urbanização uma imensa linha de montagem – do componente ao bairro e à cidade.

Essa tecnologia ajudou o governo francês a entregar uma média de 20 mil unidades habitacionais por mês. A reprodutibilidade técnica da habitação e o Estado social se baralhavam durante o segundo pós-guerra. As fábricas francesas foram visitadas por arquitetos da União Soviética em 1955 que buscavam soluções rápidas e economicamente viáveis para resolver os problemas da habitação socialista. Camus, ao contrário de outras empresas, permitiu que os soviéticos fotografassem o sistema e levassem a documentação técnica. Essa visita levou a um acordo posterior para a aquisição de equipamentos para produção de painéis e outros elementos de concreto. Na metade da década de 1960, Camus construiu seis fábricas na França e 16 fábricas em países como Inglaterra, Alemanha, Itália, União Soviética, Argélia etc.¹

¹ Post-war Building materials. Site acessado em 16 de maio de 2022. Disponível em: <<http://postwarbuildingmaterials.be/material/heavy-prefab-systems/>>.



Outro caso exemplar do uso da tecnologia da pré-fabricação e industrialização foi o sueco. O “Programa do Milhão” (*Miljonprogrammet*), realizado entre 1965 e 1974, expandiu as tecnologias previamente utilizadas para alcançar essa extraordinária cifra de novas habitações nesse país de menos de 8 milhões de pessoas em 1965, governado pelo Partido Socialdemocrata. A essa cifra quantitativa estava associada uma política de construção de uma sociedade de “bons cidadãos democráticos” para o fortalecimento do país que passava por um acentuado processo de urbanização depois da guerra. Novamente, o modelo urbano para essa expansão tinha como base os núcleos suburbanos já construídos anteriormente inspirados nas cidades jardins (Vällingby e Arsta). Além das modernas habitações, os novos conjuntos contavam com equipamentos sociais que compunham integralmente a nova vida pretendida por esse tipo de planejamento socioespacial. A ordenação espacial incluiu também o desenho de móveis e objetos para as moradias, segundo uma padronização rigorosa que caracterizou o design sueco por décadas (Ikea). O resultado espacial desses conjuntos que se espalharam por todo o país foi alvo de críticas e gerador de problemas sociais e étnicos na medida em que recebiam imigrantes e moradores da zona rural sueca.

Não seria descabido associar essa lógica – compreensível ainda que nociva em vários aspectos – às técnicas de montagem das vanguardas e à linha de produção fordista, agora difundida na indústria em geral. A montagem pressupõe o reagrupamento de elementos ou objetos previamente conhecidos segundo um nexo novo; técnica de choque que explora uma sensibilidade liberada da tradição e seus encadeamentos. Seu objetivo, em síntese, seria reconstruir a estrutura sensível do homem moderno no sentido da liberação de suas potencialidades reprimidas pelas amarras dos significados sedimentados pela tradição. Esse objetivo procurava uma liberação integral, ou seja, tanto da opressão que arrastava a humanidade para os mitos e religiões quanto da exploração, redimindo todos do trabalho não criativo por meio da generalização da civilização maquinista.

Foi grande o impacto da expansão dos subúrbios no território francês em três décadas. O professor Renaud Epstein tem publicado regularmente cartões postais das ZUP francesas (Zonas de Urbanização Prioritárias). A quantidade e as tipologias apresentadas podem dar uma



ideia precisa do tipo de vida e da espacialidade projetada nesse número incontável de projetos realizados. Sua pesquisa foi apresentada na Bienal de Veneza em 2021 (“*Un jour, une ZUP, une carte postale*”) com base nas imagens publicadas no Twitter.² O tipo de vivência funcional projetada nesses conjuntos não sobreviveu aos estigmas produzidos por sua real condição de segregação e isolamento do “habitat”. Provocaram questionamentos que levaram a pesquisa sociológica de Henri Lefebvre (1969, p.7) a uma “virada espacial”. O filósofo francês indagava logo no início de sua “Introdução à modernidade: prelúdios”:

A imagem de uma vida nova, rosto do Possível, tem ainda um sentido? Mito, ideologia, utopia, esta comovente imagem estaria morta? Os problemas das cidades novas e do urbanismo moderno tornam a dar ou não dar um sentido à vida nova?

No sétimo prelúdio desse livro, Lefebvre faz uma comparação entre as cidades de Navarrenx e Mourenx. Da primeira – cidade antiga próxima a sua cidade natal e local onde viria a falecer em 1991 – conhece “cada pedra”, o que permite um reconhecimento ao mesmo tempo espacial de suas construções e história, por meio da sobreposição de tempos e experiências facilmente identificáveis. O vazio de significados da segunda, intercepta a dimensão imediata da vida, elidindo seus mecanismos de identificação e compreensão. Tal percepção conecta, na obra desse autor, dois de seus grandes temas: a vida cotidiana e o espaço.

O planejamento moderno se valeu da ordem e racionalidade possíveis apenas na estabilidade absoluta de um conceito espacial construído. As espacialidades produzidas segundo esses princípios e generalizadas no segundo pós-guerra pretendiam controlar os modos de vida da classe trabalhadora, funcionalizando todas as atividades que traduziriam a totalidade de experiências desejáveis e compreendidas como saudáveis. Nesses lugares, as marcas do tempo da experiência individual e coletiva não encontravam acomodação fácil; sua existência inexorável às práticas cotidianas teve de se impor corrompendo e infringindo o modelo original. Esse processo incluiu desde pequenas marcas produzidas pelos ajus-

² Disponível em: <https://twitter.com/renaud_epstein>.



tes individuais e familiares nesses espaços racionalizados até aquelas dos conflitos sociais decorrentes desse tipo de sociabilidade segregada, como depredações especialmente nas áreas coletivas. Esse conflito entre forma idealizada e os ritmos do tempo é próprio da arquitetura, na medida em que esta é sempre a definição de um momento congelado, que pode ser mais ou menos receptivo aos movimentos das experiências vividas do cotidiano. No caso dos radicais projetos da segunda metade do século XX, a experiência da vida popular foi condicionada ao automatismo e alienação exigidos pela sociedade de massas. As vanguardas radicais e suas ideologias de racionalidade e funcionalidade do entreguerras supunham que essa simplificação e abstração da vida continham as formas utópicas de uma nova sociedade. O mesmo não se pode falar dessa grande difusão das soluções modernas de habitação de massa e planejamento urbano realizadas pelas técnicas fordistas já alinhadas à mutação do capitalismo. As células assépticas e os grandes vazios urbanos produzidos se preparavam para serem preenchidos pelas mercadorias e imagens espetaculares de um novo momento da lógica produtiva e seus ditames de consumo homogeneizado.

O tempo reificado

Ao mesmo tempo em que o “estilo internacional” em arquitetura se disseminava pelo globo, críticas e revisões teóricas e práticas surgiram em alguns centros mais ativos, como Itália, Inglaterra e Estados Unidos. Contra a lógica interna rigorosa das formas puras e da funcionalidade geral (do mobiliário à cidade), buscaram-se alternativas que estabelecessem relações com as formas de vida, desde as mais positivas até as mais críticas ao *status quo*. Boa parte procurava capturar e absorver o *movimento* do mundo, rompendo a estanqueidade programática e ideológica das formas modernas e sua coerência própria, identificada cada vez mais com os fracassos da racionalidade moderna e tudo que dela resultou. O mundo exterior e sua multiplicidade passaram a ser considerados pelos esquemas de uma arquitetura mais sensível às dinâmicas da vida que procurava diluir a rigidez estética, técnica e funcional dos espaços e construções modernas. A apreensão antinômica do *movimento* – a temporalidade – pela arquite-



tura compreendia: a práxis popular, a comunicação, os fluxos da metrópole, a história das cidades, a história social etc. Tratou-se da reconstrução de um sentido apagado pelas formas abstratas da arquitetura moderna e, principalmente, pela experiência social fragmentária da modernidade e da grande cidade. Tal processo implicou a compreensão da arquitetura como *linguagem* e desta compartilhando as operações e estratégias que se apresentavam nos debates teóricos dos anos 1960 – como a semiótica, o estruturalismo e o pós-estruturalismo. Assim, ora se buscavam, apoiados na história e na cidade, esquemas de desalienação pelo “pertencimento” aos “lugares”, ora uma inserção individual crítica na simplificada lógica abstrata da arquitetura moderna, pretendendo prolongar as experiências das vanguardas históricas.

Uma dicotomia moderna se reproduziu no debate dos anos 1960: as formas urbanas deveriam acelerar a experiência humana mediada pela tecnologia ou recuperar os sentidos comuns e historicamente compartilhados que seriam a base de uma sociedade reconciliada? O espírito moderno nos anos rebeldes deveria acompanhar o desenvolvimento tecnológico da mobilidade e da informação, como propuseram os Situacionistas, o Archigram e o “Pop” venturiano? Ou, ao contrário, seria necessária uma revisão crítica dessa ruptura tecnológica em torno da recuperação das cidades, da vida coletiva e da história. Em ambos os casos, extremamente simplificados aqui, o protagonismo da Arquitetura reinventada na representação da experiência coletiva é inquestionável.

Tal mirada em direção ao diverso, ao movimento e à história traduzia o espírito do tempo que reagia socialmente à ortodoxia moderna entendida como autoritária e repressiva. Os novos personagens das grandes cidades, muitos deles resultado das políticas sociais disseminadas nesses anos de crescimento econômico, mudaram a percepção da estrutura social e seus conflitos. Ao procurar aproximação à dinâmica da “vida”, no entanto, a questão e o dilema que se colocam à reflexão crítica foram não apenas “qual”, mas, especialmente “que” vida é possível na sociedade de consumo de massa, passada a euforia do final dos anos 1960. Qual o sentido da alteridade depois da simplificação das formas de vida equalizadas pela generalização da mercadoria, especialmente em sua forma-publicidade (o mundo das imagens). A interface diversa do mundo e dos objetos-mercadorias rompendo o apelo



à repetição e homogeneização da indústria criou uma realidade espetacularizada que fez funcionar a mais radical retração da subjetividade e a paradoxal diluição do indivíduo; no sentido oposto das promessas de emancipação baseadas na autonomia do sujeito. À supressão moderna do *movimento* seguiu-se a sua captura, simulação e multiplicação imagética.

O cenário dessa explosão cultural eram as metrópoles em rota de crise econômica devido às mudanças impostas pela flexibilização produtiva. A passagem entre a decadência dos grandes centros e seu ressurgimento como polo de serviços e consumo no final dos anos 1970 assentaria sobre esse variado universo cultural *underground*. Uma pluralidade de formas e conteúdos que revigoraria as frentes de um novo tipo de consumo tornado agora o eixo organizador das lógicas de valorização econômica. O rápido rearranjo do capitalismo em direção à dupla consumo-finâncias se valeu dessa multiplicidade cultural e com ela passou a confundir-se na sobreposição entre a cultura e as finanças, como anunciado por Fredric Jameson (1985). Considerado o sentido histórico do que significou a arte e a cultura burguesas como uma dimensão antagônica à sociedade que a produzia, temos uma drástica redução de sua capacidade crítica e reflexiva.

O neoliberalismo hegemônico a partir dos anos 1980 levou às últimas consequências essa sobreposição, em amplos aspectos da vida social. O fortalecimento das grandes cidades como centros de gestão e consumo da globalização econômica, ao invés de potencializar as lógicas econômicas com as lógicas urbanas, como vislumbrou Henri Lefebvre no “Direito à cidade”, intensificaram a neutralização das cidades como lugar da socialização e apropriação coletiva. São diversos os mecanismos de produção de espaço que indicam esse ataque ao “urbano”, especialmente aqueles que envolveram as técnicas e atribuições da arquitetura e urbanismo. Dessa forma, ainda que o século XX tenha permitido uma experimentação radical de hipóteses de espacialidades modernas ou antimodernas, perseverou e aprofundou a lógica antiurbana que emergiu com a sociedade capitalista industrial. Afinal, a cidade é a unidade de representação do sentido coletivo de determinada sociedade. As tramas econômicas que sustentam as formas de vida desde o capitalismo industrial fragmentam os espaços urbanos, não permitindo expressões de uma coletividade ora superada ora volatilizada.



Enquadramentos “espetaculares” privilegiavam símbolos visuais arquitetonicamente produzidos como logomarcas das cidades globais. Enquanto isso, as cidades padeciam do processo real das novas estratégias de acumulação e valorização do solo urbano concomitantes à construção de grandes obras que disputavam os cenários da afluência global. O impacto desse movimento do capital provocou, com sua voracidade, uma devastação sem precedentes no espaço urbano. O fim dos programas habitacionais, a segregação social por meio da gentrificação, a condominialização da vida, a precarização dos serviços públicos etc. geraram territórios genéricos, socialmente precários e destituídos das relações inerentes ao convívio urbano.

Se a crise financeira de 2008 conteve o ímpeto da espetacularização luxuosa das cidades globais, e teve o recente fascínio privatista enfraquecido, o processo de exploração econômica ilimitada das cidades se intensificou. “Tecido urbano”, “cidades genéricas”, “desterritorialização” nomeiam as aglomerações humanas no planeta que não envolvem mais as dinâmicas sociais da vida coletiva, em seus aspectos de apropriação criativa e heterogeneidade das interações tempo-espaciais. Tal condição da realidade socioespacial atinge o âmago das ideologias arquitetônicas do mundo moderno: a representação da ordem coletiva não socialmente hierarquizada. Tanto de suas estratégias modernas - integração da vida pela racionalidade – quanto das “pós-modernas” – a diversidade liberada de nexos supraindividuais.

Estamos diante da realização da “sociedade urbana”, no sentido inverso da virtualidade imaginada por Henri Lefebvre. Sem um horizonte de generalização das particularidades espaciais, ficam comprometidas as bases disciplinares da arquitetura e urbanismo. Não apenas no sentido da universalidade moderna, mas também nas hipóteses de acomodação crítica a um contexto em si mesmo não configurável. O deslocamento crítico da arquitetura em direção à apreensão do movimento da vida encontrou-a reificada, congelada no mundo das imagens. No domínio do individualismo extremado, a arquitetura vê suas premissas seculares desaparecerem.



A refração brasileira

Como essa dissolução global das estruturas da modernização encontram um país caracterizado pela dualidade funcional entre o “moderno” e o “atraso”, nos termos das representações arquetípicas do desenvolvimento capitalista? As maiores contradições do processo de industrialização acelerada brasileira se produziram na formação de seu espaço social. Esse foi ocupado segundo os ditames da reprodução da força de trabalho, acrescidos pelos imperativos locais da segregação socioespacial. A separação espacial das classes não foi apenas um resultado da geografia da pobreza ou da produção estatal de habitação social suburbana, mas adquiriu funcionalidade produtiva para um país que foi poupadão da coerência interna da lógica liberal. Um prolongamento da dinâmica de opressão colonial que esteve na base da atualização da exploração da mão de obra nesta industrialização hipertardia.

Como resultado dessa segregação econômica e simbólica há um embaralhamento das representações de classe e raça que se mostrou fundamental para o funcionamento do processo de formação do Brasil, desde a colônia até a atualidade. Ou seja, a segregação estruturou as diferentes fases da acumulação capitalista no país, resistindo às demandas por universalidade que afloraram das contradições presentes na arrancada industrial durante o século XX. Dilemas diversos de uma modernização conservadora que compuseram boa parte do pensamento social brasileiro desde o final do século XIX. Desdobrando o foco argumentativo desta análise, o que significou essa condição para o extraordinário impulso de nossa modernidade arquitetônica? E para o seu declínio?

A superação simbólica da segregação racial foi um dos moteis do movimento modernista nos anos 1920, que procurava reverter os diagnósticos eugênicos sobre as debilidades sociais brasileiras que eram difundidos no início da República Velha. O surto criativo do ciclo do ouro, em especial a figura do Aleijadinho, é explicado por Mário de Andrade exatamente pelo desconforto entre raça (“mulato”) e classe (não-escravo, não-senhor): a grande arte brasileira teria surgido do mal-estar da nacionalidade, que combinava essas duas dimensões da existência dessa nova realidade. A dimensão crítica e negativa da formação do país, sinalizada pelas análises



marioandrianas, foi redirecionada no sentido de fornecer um quadro positivo e alegórico da miscigenação e da diversidade cultural na década seguinte; a década da “rotinização” das pesquisas de linguagem dos primeiros anos do movimento modernista, como caracterizou Antonio Cândido (1984). A simplificação das experimentações do modernismo dos anos 1920 está também relacionada à conjuntura que “nacionalizou” os princípios da arquitetura moderna, em especial a realizada por Le Corbusier. Apelos iniciais à arquitetura luso-brasileira (colonial), feitos pela sistematização produzida por Lúcio Costa, rapidamente se transformaram no barroquismo das curvas de Oscar Niemeyer que, posteriormente, foram ancoradas em reduções extremadas da paisagem e dos corpos tropicais. Esse movimento alegórico deve ser compreendido no contexto da radicalização autoritária do Estado-novo, momento que coincide com a consolidação da linguagem moderna da arquitetura brasileira (1939-1942).

Algo já foi dito sobre a periodização e seus desdobramentos na eclosão da arquitetura moderna no Rio de Janeiro na segunda metade da década de 1930. Processo cultural de grande invenção com episódicas aprovações do debate local anterior. O esforço interpretativo tem como foco aqui o sentido dessa transferência profícua e instantânea de soluções da vanguarda do entreguerras em contexto excêntrico. O deslocamento da radicalidade das vanguardas históricas das primeiras décadas do século XX para o movimento moderno em arquitetura foi um fenômeno “conclusivo” da ideologia burguesa, como apontou Tafuri (1985). Ao percurso que rapidamente formulou a ordenação máxima do território-vida no final dos anos 1920 correspondeu a desorganização produtiva e social da mais acentuada crise do capitalismo liberal – por essa razão esse autor a definiu como “ideologia do plano”. Essa crise foi o estertor das representações de universalidade das ideologias burguesas, substituídas pelas exigências produtivas de planificação econômica e, nesse momento sombrio da década de 1930, militar.

Caracterizam essa ideologia arquitetônica, rapidamente disseminada como “estilo” internacional, as inflexíveis abstração, geometrização e homogeneização do espaço que se encarregaram de realizar as ideias de universalidade e igualdade das promessas liberais e, acreditava-se, de difícil consecução por outros meios. Foi a formulação mais radical dessas



experimentações sobre o território que aportou no Brasil em 1936 para ajudar nos planos do edifício do novo Ministério da Educação e Saúde Pública e do campus da Universidade do Brasil. Dois vetores – interno e externo – com dinâmicas próprias convergiram no Atlântico no momento de transformações profundas das conjunturas europeia e brasileira, mutuamente implicadas.

A rápida mudança que a Europa atravessava nessa virada de década alterou radicalmente os nexos ideológicos que sustentavam as experiências mais avançadas da modernidade arquitetônica europeia. As prefigurações de planificação do território tanto da “arquitetura radical” alemã quanto as propostas corbusianas do início dos anos 1930 – os planos urbanísticos para Argel, Rio de Janeiro, Buenos Aires etc. – esgotaram o sentido social que associava maquinismo e desenvolvimento humano. Levaram ao limite a contradição fundamental que vinculava as rápidas e inovadoras mudanças técnicas às restrições impostas pela propriedade privada do solo. Nesse momento, o contundente acervo de formas resultantes das diferentes experiências de linguagem da arquitetura moderna passa a expressar apenas a dimensão de sua funcionalidade “sistêmica” – racionalização fordista e taylorista da vida - ou seja, conclui-se a “dialética da vanguarda”. É essa a equação pós-ideológica que busca o Brasil para realizar-se por meio do agente estratégico da salvação do capitalismo à deriva: o Estado centralizador. Poucos países alcançaram o sucesso brasileiro da realização da arquitetura moderna em seus polos de atuação, liberados de sua lógica unitária: o edifício e o planejamento.

Mas esse sucesso deveu-se também às necessidades impostas pela crise global na conjuntura brasileira. A industrialização do país passava pela necessidade de planejamento produtivo intensivo realizado pela centralização política instaurada em 1930. O desejo de formação do país pôde ser antecipado na formação dos sistemas culturais autônomos, especialmente a literatura, na leitura de Antonio Cândido. Mas a dialética desse processo também cessa, ou diminui progressivamente, na implantação da arquitetura moderna no Brasil, na medida em que a criação de emblemas exige simplificação e comunicação profusa. Do Ministério da Educação e Saúde Pública ao projeto de Brasília, o país desenvolveu, pelas mãos do Estado centralizador ou autoritário, um destacável conjunto



de fatos arquitetônicos enfeixados pela lógica de uma matriz estética hegemônica. Essa se caracterizou por seu grande apelo comunicativo e produziu uma representação coerente do Estado que, apesar de autoritário, era construído e construtor da identidade nacional (um sucedâneo idiossincrático da democracia burguesa). Tal conjunto teve papel fundamental na aceleração reversa e concomitante da construção da Nação, do Estado e da industrialização.

A contraprova do esquema apresentado é a fraca, ou inexistente, vocação social dessa arquitetura. O que pode provocar alguma surpresa, na medida em que seu repertório característico teve origem nas experimentações mais radicais da arquitetura europeia dos anos 1920. Ou seja, buscou seu repertório em soluções construtivas cuja extroversão formal não poderia ser isolada dos princípios gerais que unificavam a ordenação espacial e desenvolvimento social. O sucesso do caso local é indicador da perda da potência ideológica da arquitetura moderna e a expressão do conteúdo alterado que permitiu sua difusão internacional, no contexto da reorganização produtiva do capitalismo industrial que se seguiu à crise de 1929.

A matriz hegemônica da arquitetura brasileira estava alicerçada nas contraditórias estratégias sociais, políticas e econômicas do nacional-desenvolvimentismo, e não sobreviveu a ele. Apoiou-se na sobrevida ideológica resultante da industrialização hipertardia que permitiu, no geral, a criação de expectativas críticas e hesitantes de modernização social. Os limites desse modelo de desenvolvimento no contexto do subdesenvolvimento estão expressos no fato de a arquitetura moderna brasileira não ter, com alguma precisão, tensionado suas formas no sentido da construção ou representação de um espaço social abrangente, para além da relação figura-fundo que a consagrou. Os nossos “trinta gloriosos”, do ponto de vista da urbanização, acompanharam parcialmente a proliferação hostil da infraestrutura urbana. A diferença estava no fato de que essa infraestrutura perseguia, sem jamais conseguir alcançar, uma ocupação informal - no sentido da ausência de ordenação legal ou projetual – que caracterizou a expansão urbana no Brasil e em grande parte dos países subdesenvolvidos. Além disso, e talvez o mais importante, a deficiência de políticas habitacionais traduzidas em uma produção escassa de moradias. Essa, quando realizada, reproduziu de modo incompleto e com grande precariedade os



esquemas de suburbanização que marcou o planejamento urbano do segundo pós-guerra. O deserto de urbanidade resultante da ocupação não ordenada da vasta periferia das grandes cidades brasileiras foi agravado pelas intervenções resultantes do planejamento estatal.

Trata-se aqui de constatar que os paradigmas das espacialidades resultantes e promotoras dos processos reprodutivos da arraigada divisão social de classe e raça no país não foram formalmente enfrentados pela matriz hegemônica da arquitetura brasileira. Ao contrário, esse sistema cultural elaborou sua materialidade sensível buscando a afirmação de excepcionalidades – apoiado em uma ideia não histórica de identidade nacional – e a elisão dos espaços coletivos para além da acolhida da massa inerte em posição de contemplação. Aliás, a que contempla essa nova categoria social que ocupava as grandes cidades e é atingida pelos meios de comunicação de um país parcialmente modernizado? No caso local da arquitetura moderna, a imagem projetada é a do Estado. Suas deficiências e incompletudes formais referem-se às contradições profundas do modelo de desenvolvimento levado a cabo por esse sucedâneo possível de estado-social em uma conjuntura de subdesenvolvimento específica.

A sobrevida da arquitetura brasileira à perda do capítulo “social” do esquema desenvolvimentista acompanhou o autoritarismo do governo militar exacerbando seus vocábulos construtivos, como apontou Sérgio Ferro (1980) ao analisar a vasta produção da arquitetura brasileira durante a ditadura militar. Parte de sua energia original dissipou-se na construção dos megaconjuntos habitacionais promovidos pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) criado em 1964. Esses conjuntos constituíram uma acentuada redução das soluções arquitetônicas dos *grands ensembles* e de outras experiências de habitação massiva, tanto pela monótona disposição das incontáveis lâminas em “H” quanto pela desertificação das áreas livres. Consolidaram-se, com raras exceções, em um modelo precário, aceito como solução para o problema habitacional, que produziu um espaço social nas cidades brasileiras sem qualquer qualidade de urbanidade. Tornaram-se um grave problema social resultante dos equívocos dessa estratégia segregacionista e individualista que unificava os esquemas da reprodução social brasileira e os fantasmas das ideologias de universalidade que animaram a arquitetura e o estado-social europeu no início do século XX.



No entanto, esse sistema arquitetônico cessou de funcionar completamente, com seus achados e equívocos, quando o Estado, nos termos específicos do modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil, foi se enfraquecendo durante a década de 1980. Entre 1988 e 2013 (a “Nova República”) algumas políticas sociais, especialmente em relação ao urbanismo e habitação, avançaram simultaneamente a medidas neoliberais que se mostraram mais definidoras do que veio a se passar nas cidades brasileiras desde então. Rompido o “sistema arquitetônico” local, que operara com fausto durante as décadas precedentes, alcançamos por caminhos tortos a fase *ideológica* “pós-neoliberal” recente. Não há, do ponto de vista das formulações teórico-críticas (incluindo aí, problemáticamente, os sistemas culturais) “ideologia”, ou seja, um campo de generalização – político, social – do resultado das práticas sociais sob a tutela da lógica financeira. A mediação dos conflitos pelo Estado social ativara uma esfera de universalidade que permitiu pôr em disputa os agentes sociais; ora com avanços, ora com a explicitação dos limites dessa universalidade. A esse fato esteve associada a lógica de intervenção das disciplinas do espaço em quase todos os países durante o século vinte, ou melhor, até a década de 1980.

No Brasil, os fenômenos urbanos resultantes das condições sociais do neoliberalismo tiveram ênfase na ocupação cada vez mais desregularizada do solo urbano. As operações urbanas relacionadas aos grandes eventos – Olimpíadas e Copa do Mundo – foram realizadas segundo uma barafunda arquitetônica que não explicitou qualquer independência em relação aos objetivos extra-arquitetônicos, sejam a rapidez e obsolescência da infraestrutura exigida, seja o mero suporte midiático dos espaços projetados. O confronto entre os interesses das cidades com os interesses econômicos dos eventos sempre foi resolvido em favor do segundo, deixando para o primeiro apenas resíduos qualitativos secundários. Um consórcio de publicitários, escritórios internacionais e arquitetos locais foram os responsáveis técnicos por colocar em funcionamento os objetivos da máquina financeira prioritária. Não se depreende dos resultados urbanos nenhuma estratégia que indique um grau de reflexão disciplinar coerente, independentemente de sua orientação crítica. Uma equivalência quase absoluta entre as intervenções e os interesses econômicos envolvidos, como ocorre também em relação aos projetos das grandes torres corporativas



construídas nas zonas valorizadas das cidades. Mais do que denunciar aqui a iniquidade social dessa dinâmica, a argumentação procura indicar a dimensão da crise disciplinar da arquitetura contemporânea, cuja repercussão no Brasil pode ser apenas diferenciada pela agressividade do processo e a precariedade dos resultados. Cessaram os impulsos de independência e autonomia – relativa – definidores da disciplina. No Brasil, as contraditórias dinâmicas de independência cultural – e arquitetônica – durante as décadas de afluência seletiva patrocinada pelo intervencionismo estatal deixaram de operar com o fim da frágil dimensão social do Estado brasileiro. Esse percurso descrito culmina com a unificação desigual e combinada do processo local e o global, especialmente em relação às questões disciplinares propostas.

Eppur si muove...

Esse roteiro simplificado, realizado com o intuito de aprofundar o diálogo interdisciplinar, pretendeu identificar a relação entre arquitetura e metrópole como uma contradição inerente ao desenvolvimento capitalista. Procurou introduzir a problemática local no fluxo global desse desenvolvimento, entendido como fator explicativo da formação do Brasil moderno. A arquitetura aparece assim como realização privilegiada das contradições próprias da modernização burguesa e suas derivações singulares. Podemos dizer que a arquitetura moderna nasce na cunha aberta pela emergência do Estado social no seio da polaridade original entre capital e trabalho. A história dessa arquitetura, desde o século XIX, se confunde com as estratégias desse Estado dividido entre suas funções idealistas de garantidor dos interesses coletivos e suas funções materiais de garantidor de interesses privados. Tais contradições se desdobraram na realidade social brasileira, na medida das relações heterodoxas aqui reproduzidas entre esses agentes com nitidez alterada. Seguindo o vínculo estrutural estabelecido entre arquitetura moderna e Estado, amplificaram-se no caso local as dificuldades de representação do espaço social, sobrepostas às dificuldades intrínsecas de criação dos emblemas coletivos da própria modernidade burguesa.



Os impasses da arquitetura são os impasses da sociedade contemporânea. Como as aporias do pensamento são rapidamente negadas pelo movimento incessante da história, trata-se de aprofundar a compreensão do atual momento e tentar nele encontrar uma vеторização positiva possível. Tarefa particularmente difícil nessa atual conjuntura, que a muitos aparece como um vácuo histórico produzido pela generalização da lógica econômica autonomizada e, portanto, devastadora do mundo social e da natureza.

A tarefa da reflexão crítica da arquitetura tem dificuldades extras. Sua modernidade implicou a organização racional do *status quo*, cuja lógica foi mediada pelas estratégias e ilusões do Estado social durante o último século e meio. Suas efêmeras experiências liberais e neoliberais – anteriores e posteriores ao seu ciclo propriamente moderno – colidiram com sua vocação ideológica original, simbólica e totalizadora. Rapidamente essas experiências foram consumidas pelas lógicas econômicas que utilizaram a arquitetura para realizar-se espacialmente como mercadoria. Hoje, a combinação entre a falência e a descrença no Estado social põe na berlinda a existência desse campo do saber que pretendeu condicionar o espaço urbano.

A descrença nas grandes estruturas da modernidade tem levado a uma reorganização do movimento social em direção à ação direta e a uma infinidade de propostas singulares para as agendas da luta política. Nelas, alguns arquitetos ou grupos de arquitetos têm se engajado, procurando colaborar com seu saber específico para as táticas populares de resistência. Geralmente, essa colaboração ou dilui-se na participação política não mediada pelas estratégias instruídas de intervenção no espaço ou tornam-se apenas consoladoras. O paradoxo é social e não arquitetônico: nunca foi tão fundamental organizar o espaço da vida e nunca os mecanismos para enfrentar essa necessidade pareceram tão distantes. A resposta, qual seja, deve estar a caminho, dada a urgência da solução. Esperemos que seja em uma direção na qual a convivência e seus espaços tenham renovada significação.



Referências

- ARANTES, O. *Urbanismo em fim de linha*. São Paulo: Edusp, 1998.
- CANDIDO, A. A Revolução de 1930 e a Cultura. *Revista Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n.4, p.27-35, abr. 1984.
- ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*. Lisboa: Afrontamento, 1975.
- FERRO, S. Arquitetura Nova. *ARTE EM REVISTA*, São Paulo, n.4, 1980.
- JAMESON, F. Pós-Modernidade e sociedade de consumo. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n.12, p.16-26, jun. 1985.
- LEFEBVRE, H. *Introdução à modernidade: prelimícios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- _____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- MARX, K. Para a crítica da economia política. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- RECAMÁN, L. Bauhaus: vanguarda e mal-estar da metrópole. In: *Pensamento alemão no século XXX*. São Paulo: Cosacnaiyf, 2013. v.III.
- SITTE, C. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática, 1992.
- SOLOPOVA, N. When panels learned to fly. In: *Flying panels*. Estocolmo: ArkDes, 2019.
- TAFURI, M. *Projecto e Utopia*. Lisboa: Presença, 1985.
- TOCQUEVILLE, A. de. *A democracia na América* [livro eletrônico]. São Paulo: Edipro, 2019.